



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Num momento em que Portugal se encontra em fase desconfinamento, e enquanto se assiste à reabertura de diversos espaços, como salas de espetáculos, centros comerciais e praias, as escolas continuam fechadas. Foi dito que é para proteger as crianças, mas a verdade é que muitas dessas crianças nunca mais recuperarão do atraso destes meses. O ensino à distância tem demonstrado diversas falhas, falta de apoios, desigualdades e exaustão, algo apontado por parte dos professores.

Segundo relatado pela imprensa, 54,8% dos professores admitem não ter conseguido chegar a todos os alunos até meados de maio, referindo também que, apesar de a maioria (cerca de 70,5%) ter optado por lecionar novos conteúdos, destes só 47,8% vai avaliar as matérias dadas em ensino à distância. Os dados são da Federação Nacional de Professores (Fenprof), que desenvolveu recentemente um inquérito junto de 3.548 docentes sobre a experiência do ensino à distância. Este estudo não recebeu, pasme-se, qualquer destaque por parte dos partidos da esquerda, os tais que mais se vangloriam de defender a escola pública.

Ainda de acordo com o inquérito, cerca de 93,5% dos professores consideram que as desigualdades se agravaram durante o período desde 16 de março, altura em que as atividades letivas presenciais foram suspensas como forma de conter a propagação do novo coronavírus. Estas desigualdades, acrescente-se, decorrem não só da dificuldade que alguns alunos tiveram em aceder aos meios tecnológicos para acompanhar as aulas 'online', mas também do facto de muitos não terem autonomia digital, dos diferentes níveis de acompanhamento por parte das famílias e da forma como as próprias escolas conduziram o trabalho à distância.

Apesar de vários anúncios, por parte do Governo e de diversas autarquias, de que estas lacunas seriam cobertas, tal continua por acontecer o que prolonga e agrava a problemática referida.

Os resultados do inquérito apontam ainda para um sentimento de abandono dos docentes, sendo que 58,9% dos inquiridos afirmam não ter sentido apoio da tutela durante este período,

ao contrário do suporte que encontraram nas direções das escolas e nas famílias dos alunos.

Perante estes dados, é pertinente colocar ao Governo as seguintes questões e solicitar o envio da informação referida:

1. Possui o Governo dados ou estudos que contrariem ou aprofundem os resultados do referido estudo da Fenprof?
2. Concorde o governo que as falhas e lacunas verificadas afectam particularmente os alunos e famílias com piores condições sócio-económicas e que, como tal, a insuficiência da resposta governamental constitui uma forma especialmente injusta de discriminação social?
3. Confirma o Governo que continuam a existir alunos sem apoio docente e sem acompanhamento pedagógico?
4. Em caso de resposta afirmativa à resposta anterior, possui o Governo dados sociodemográficos detalhados que caracterizem as lacunas existentes discriminadas por nível de ensino, níveis etários, estratos sociais e região (autarquias)?
5. Possui o Governo uma listagem dos equipamentos e outros recursos técnicos que tenham sido postos à disposição de alunos e professores para assegurar a viabilidade generalizada do ensino à distância?
6. Dada a verificação generalizada de falhas e lacunas na resposta do Governo aos problemas no sector educativo derivados da crise sanitária desde Março, o que será feito de diferente na preparação da abertura do ano lectivo de 2020/21?

Na expectativa da V. resposta célere, apresentamos os nossos  
Melhores Cumprimentos

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2020

Deputado(a)s

JOÃO COTRIM DE FIGUEIREDO(IL)